STJ00098267

Sumário

Prefacio 7

Introdução 17

Capítulo 1 – Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Direito Brasileiro 19

1.1. O *status* constitucional dos tratados de direitos humanos no Brasil 19

1.2. As incongruências do § 3.º do art. 5.º da Constituição 27

1.3. Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3.º do art. 5.º da Constituição? 34

1.4. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda 45/2004 43

1.5. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda 45/2004) 58

1.6. Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3.º do art. 5.º da Constituição 61

1.7. Conclusão do Capítulo 1 62

Capítulo 2 – Controle Jurisdicional de Convencionalidade (Difuso e Concentrado) e de Supralegalidade 64

2.1. A teoria da dupla compatibilidade vertical material 64

2.2. Vigência, validade e eficácia das leis 76

2.3. O respeito à Constituição e o consequente controle de constitucionalidade 97

2.3.1. A obediência aos direitos expressos na Constituição 98

2.3.2. A obediência aos direitos implícitos na Constituição 102

2.4. O respeito aos tratados internacionais e os controles de convencionalidade (difuso e concentrado) e de supralegalidade das normas infraconstitucionais 109

2.4.1. Os direitos previstos nos tratados de direitos humanos 115

2.4.2. Os direitos previstos nos tratados comuns 129

2.5. Conclusão do Capítulo 2 135

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Conclusão geral 137
Bibliografia 139
Obras do autor 143

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br